

Segurança deve ensinar-se na escola, logo no 1.º ciclo, diz especialista “Métodos vão sendo cada vez mais arrojados”

Entrevista

Sónia Trigueirão

“A melhor forma de entendermos a segurança na era digital é transpormos para nós próprios o *mindset* da realidade não virtual de que já não podemos deixar as chaves de casa debaixo do tapete da entrada, nem o dinheiro debaixo do colchão.” A imagem é de Luís Lobo e Silva, *managing partner* da F2C (Focus2Comply), consultora portuguesa especializada em cibersegurança, em resposta por escrito a perguntas do PÚBLICO. **Como educar pessoas e empresas para evitar este tipo de ocorrências?**

As empresas devem pensar as suas actividades de forma estratégica e conceber cada vez mais os seus sistemas de informação alinhados com o negócio e assentes nas novas premissas conjunturais. Reforçar o seu modelo de gestão de segurança da informação, que poderá envolver redefinição de procedimentos e controlos de segurança nos seus *workflows* internos, aumentar a sensibilização de colaboradores através de formação regular (que nos dias de hoje pode ser prestada por modelos interactivos e bastante cativadores), rever junto dos seus departamentos internos ou fornecedores, responsáveis pelas suas aplicações de negócio, requisitos de *privacy by design* e de qualidade de *software* das suas plataformas e auditar com regularidade as suas infra-estruturas.

Estamos perante uma ameaça que necessita de uma abordagem a vários níveis: cultural, regulação, legislação e meios judiciais, educação e formação. E nas diversas dimensões da comunidade: Estados, cidadãos, empresas e escolas e universidades. A melhor forma de mitigar o crescimento deste tipo de crime só poderá ser num modelo holístico e sensibilizando toda a sociedade.

Como poderá ser promovida a literacia nesta área?

Existem já algumas iniciativas pontuais em curso por parte de entidades privadas a actuar em modelo de associação e em regime de responsabilidade social para a formação e sensibilização gratuitas de cidadãos nestas matérias. Contudo, e como disse, entendo que é também uma questão cultural e como tal deve

ser estruturada numa linha de acção de médio e longo prazo e com carácter estruturante: a Educação. E, como tal, deverá começar a ser incorporada desde o 1.º ciclo, a par do ensino que já existe ao nível das tecnologias de informação e comunicação – porém, actualmente mais focado na tecnologia –, culminando nas universidades, onde, na generalidade da oferta académica, faz sentido introduzir unidades curriculares deste âmbito.

Como nos podemos defender a nós próprios e aos nossos bens? Existem opiniões de que Portugal é um “paraíso à beira-mar plantado”, mas a realidade é que vivemos numa aldeia global e o



cibercrime é também um facto à escala global. Estamos económica e politicamente enquadrados em diversas dimensões estratégicas, à

escala europeia e mundial. Pelo que estamos sujeitos a alguma visibilidade. Por outro lado, a escalabilidade de infra-estruturas tecnológicas e a necessidade não só de redundância, mas também de rentabilização de custos, qualidade e disponibilidade de operação conduzem a uma cadeia de valor muito assente em serviços *cloud centric*, mas geograficamente distribuídos. Estes aspectos levam assim a uma proporcionalidade entre o que acontece em Portugal e a nível mundial nesta matéria. O aumento de casos é notícia quase diariamente e os métodos vão sendo cada vez mais arrojados. No início do período

de confinamento em 2020 decorrente da pandemia, os ataques mais relatados são o *phishing*, utilizando o nome de organizações de saúde, *malware* distribuído, aplicações covid 19 que distribuem *malware* e *ransomware*, fraudes digitais de *crowdfunding*, *websites* falsos e campanhas de desinformação. A melhor forma de entendermos a segurança na era digital é transpormos para nós próprios o *mindset* da realidade não virtual de que já não podemos deixar as chaves de casa debaixo do tapete da entrada, nem o dinheiro debaixo do colchão, ou seja, ajustarmos procedimentos a esta actualidade da informação virtual, mas que é nossa e é real.

PUBLICIDADE

9ª EDIÇÃO

PRÉMIOS
SANTA CASA
NEUROCIÊNCIAS

400 MIL EUROS

UMA DAS MAIORES BOLSAS ATRIBUÍDAS
À INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E CLÍNICA
EM NEUROCIÊNCIAS, EM PORTUGAL

Foi pela esperança na construção de respostas mais eficazes que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa lançou, em 2013, os Prémios Santa Casa Neurociências.

Anualmente, a Santa Casa atribui 400 mil euros para a investigação científica e clínica em duas grandes áreas das neurociências: as doenças neurodegenerativas associadas ao envelhecimento e as lesões vertebro-medulares.

PRÉMIO MELO E CASTRO

Distingue a investigação ligada à recuperação e tratamento de lesões vertebro-medulares, território em que a Santa Casa foi pioneira no país, com a abertura do Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão, em 1966.

PRÉMIO MANTERO BELARD

Visa a promoção da investigação em doenças neurodegenerativas associadas ao envelhecimento, como as doenças de Parkinson e de Alzheimer, que afetam já cerca de 160 mil portugueses acima dos 60 anos de idade*.

* Santana I, et al. Epidemiologia da demência em Portugal, Acta Med Port 2015 Mar-Apr;28(2):182-188

Candidaturas:
31 mai a 13 set
2021

Candidaturas:
<https://candidaturas.neurociencias.scml.pt>



Mais informação em:
E-mail: info.neurociencias@scml.pt
tel. 213 235 805
www.scml.pt

scml.pt

INVESTIGAÇÃO

SANTA
CASA
Misericórdia de Lisboa

PARCEIROS CIENTÍFICOS

